



DATA-BASE 2002

Fórum cobra reunião com o Cruesp

A reunião entre o Fórum das Seis Entidades e o Cruesp marcada para o dia 8/8 não ocorreu. No dia 6/8 a coordenação do Fórum foi comunicada pela secretaria do Cruesp que, em função do problema de saúde que havia acometido o reitor da USP, professor José Adolpho Melfi, a reunião seria cancelada. No dia seguinte recebemos comunicado oficial, informando que “em data oportuna agendaremos a reunião”.

Face à importância dos temas que estariam na pauta da reunião do dia 8/8 (contratação de professores e funcionários e a questão do Centro Paula Souza), no contexto da pauta de reivindicações da data-base 2002, as entidades do Fórum mantiveram a reunião prevista para o dia 7/8, que se realizou na sede da Adusp.

Na ocasião foram tratados os problemas relacionados com proposta de expansão em pauta na Unesp (novos *campi* e cursos prevendo professores e funcionários itinerantes, contratações fora do RDIDP, convênios com prefeituras, estrutura administrativa não convencional etc.) e o não cumprimento da legislação quanto ao Centro Paula Souza — que deveria ter recebido todos os reajustes salariais aplicados às universidades estaduais paulistas desde 1996, o que não ocorreu, fazendo com que os servidores do Centro Paula Souza acumulem hoje perdas relativas de 69,71%.

Teve destaque a importância da defesa do prin-

cípio de que quaisquer contratações devam ocorrer por concurso público no regime estatutário e de denunciar-se todas as formas que vem sendo utilizadas para substituir servidores regulares através de procedimentos vários, como as substituições de servidores por “estagiários”, “reeducandos penais”, “bolsistas”, “fundações”, “tempos parciais”, “precários”, “temporários”, “terceirizados”, “trabalho voluntário” etc.

Registre-se, a propósito, que a incisiva atuação dos estudantes levou à suspensão da reunião do Conselho Universitário da Unesp que se realizaria no dia 14/8, na qual estava em pauta a expansão. Os incidentes foram gerados pela recusa do reitor José Carlos Trindade a permitir o ingresso pacífico e a manifestação dos alunos nas dependências onde se realizava a reunião.

O Fórum também deverá resgatar a luta por recursos complementares para a folha dos aposentados e a avaliação das ações no âmbito do Cruesp e da Assembléia Legislativa relacionadas com a expansão de vagas e com a LDO. Para tanto todas as entidades deverão levantar a situação das perdas de professores e funcionários em suas instituições, bem como a distribuição dos aposentados e os percentuais referentes às aposentadorias nas folhas de pagamento.

A coordenação do Fórum está cobrando do Cruesp que marque nova reunião para tratar da pauta originalmente prevista para o dia 8/8 e que também seja agendada a próxima reunião da comissão de acompanhamento de verbas e salários entre

os técnicos do Fórum e do Cruesp. Lembramos que o compromisso da periodicidade desses encontros foi assumido pelo Cruesp na primeira reunião de negociação da data-base de 2002, em 17/5, porém desde então ainda não vieram a ser agendadas.

Termina a greve na FFLCH



Página 2

Reitor designa comissão para preparar “diretrizes” de debate sobre fundações

O reitor José Adolpho Melfi designou, no dia 14/8, os membros de uma comissão especial que deverá, segundo a página www.usp.br, “definir as diretrizes gerais que servirão para nortear a discussão do tema ‘Fundações’ junto à comunidade uspiana”.

De acordo com a Portaria 909, a comissão será presidida pelo pró-reitor de Pesquisa, professor Luiz Nunes de Oliveira, tendo como membros os professores Erney Felício Plessmann de Camargo, Hernan Chaimovich Guralnik e Hugo Aguirre Armelin. A comissão terá prazo de 60 dias para apresentar um relatório.

Greve na FFLCH termina com vitória significativa e problemas políticos

Depois de 105 dias de greve, iniciada em abril nos Departamentos de Letras, a Assembléia Geral dos estudantes da FFLCH, com presença de aproximadamente 1.300 pessoas, decidiu encerrar essa fase do movimento. A decisão foi referendada em assembleias estudantis de curso realizadas nos dias sucessivos, as quais também discutiram o calendário de reposição de aulas do 1º semestre, e a realização do 2º semestre até final de janeiro de 2003, para preservar a qualidade do ensino (a pós adotou calendários semelhantes). Somente os alunos dos Departamentos de Letras votaram pela anulação do 1º semestre.

O resultado obtido pelo movimento é bem significativo: a contratação de 92 docentes em tempo integral, por concurso público, até final de 2003 (sendo 68 de imediato e 24 em 2003), e a manutenção das negociações sobre as necessidades acadêmicas na FFLCH no âmbito da Comissão Tripartite (Reitoria, professores, alunos), foram os maiores ganhos. Os 92 docentes obtidos estão ainda longe dos 259 reivindicados no levantamento realizado pelos alunos, mas constituem uma vitória em relação aos... 12! (para 2002) que oferecia a Comissão de Claros do CO (única cifra de reposição do quadro docente garantida no início do movimento), e significam um acréscimo de 27,5% ao quadro docente ativo da faculdade, o mais importante obtido por qualquer unidade da USP nos últimos anos. O exemplo da luta da FFLCH deve ser seguido por todas as unidades que sofreram perdas no se efetivo docente — isto é, quase todas as unidades da USP!

A vitória mais importante, no entanto, foi política, no sentido nobre do termo. A luta da FFLCH, seu grande

impacto na mídia e sua divulgação nacional, pôs no tapete a situação de calamidade em que se encontra a universidade pública no Brasil, e o sistemático descaso com que as ciências humanas (e o ensino e pesquisa básica em geral) vêm sendo tratadas por parte das autoridades educacionais e universitárias, em função de uma orientação que privilegia um ensino desqualificado, com suposto “maior impacto no mercado”, e a elitização da pesquisa, também dirigida para atender a volúpia mercantil. Os estudantes na FFLCH escreveram, assim, uma nova página na história da luta pela universidade e a cultura no Brasil.

Problemas

A greve também levantou problemas no relacionamento dos movimentos estudantil e docente na USP, e entre os docentes, e dentro do próprio movimento estudantil. Convocada permanentemente pela Adusp ao longo de todo o conflito, a assembleia docente manifestou solidariedade (por vezes crítica) com a greve dos estudantes. A Adusp foi responsável pela convocatória do ato público de 19/6, com a presença dos “notáveis”, da CUT, do MST e outras entidades, que será para sempre lembrado como um dos pontos altos do movimento.

A Congregação da FFLCH também manifestou a sua solidariedade com o movimento, mas na última sessão, ao aceitar a proposta da Reitoria na Comissão Tripartite, determinou unilateralmente a retomada das aulas (é verdade que “através do diálogo”), sem subordinar esta decisão a um prévio entendimento com o grande protagonista da luta, o movimento estudantil.

A Diretoria da Adusp manifestou seu desacordo com essa resolução, na assembleia dos

docentes da FFLCH. Os protestos e críticas dos estudantes motivados pela resolução da Congregação, com apoio de parcela significativa dos docentes, deverão ser objeto de um

debate franco e aberto entre docentes e estudantes, no sentido de reforçar a luta em defesa da universidade pública e superar as divergências que surjam no movimento.

AD's das universidades estaduais de SP realizam I Encontro Jurídico

Foi realizado em 16/07/2002, na sede da Adusp em São Paulo, o I Encontro Jurídico das Associações de Docentes das Universidades Estaduais de São Paulo. O Encontro contou com a presença dos advogados da Adusp de São Paulo e do interior, da Adunesp e da Adunicamp, sendo mediado por Raquel Casarotto, diretora da Adusp.

Foram abordados entre outros temas a questão da regulamentação da greve do servidor público, o problema dos cursos públicos e contratos temporá-

rios, fundações de apoio, cursos profissionalizantes, previdência e estágio probatório.

Na avaliação dos presentes, o Encontro foi muito produtivo, tendo servido aos seus fins, de iniciar um contato maior entre as assessorias jurídicas das entidades, para que possa haver melhor troca de informações, e um aprimoramento na qualidade das lides que são levadas a efeito no Poder Judiciário. Esperamos que dessa maior integração possam resultar ações conjuntas.

CARTA

Retificação sobre novos cursos

“Sobre matéria publicada no *Informe Adusp*, de 24 de junho de 2002, nº 120, com o título ‘COP veta novos cursos no interior, mas 4 são aprovados’, gostaria de esclarecer que quando solicitei destaque sobre o tema fui informado sobre a posição proposta pela COP.

Após discussão, a posição desta comissão, de acordo com ata do dia 17/6/2, é a seguinte: ‘O professor Engler manifesta-se no sentido

de que qualquer ampliação de vagas em cursos existentes ou criação de novos cursos não deverá prejudicar o equacionamento da situação dos cursos já existentes, em especial, na FFLCH. Os demais membros da COP concordam com esta manifestação, a qual será levada à reunião conjunta com a CAA e a Comissão de Claros.’”

José Menezes
Representante discente
na COP

Avaliação individual pela Cert: até quando?

A Adusp, ao longo dos últimos anos, vem insistentemente denunciando as ações injustas e arbitrárias que a Cert tem cometido. Em abril desse ano, em reunião com o Reitor, uma comissão da Adusp entregou-lhe uma lista contendo nomes de colegas dos quais a Cert, indevidamente, solicitou relatórios, questionou o regime de trabalho, ou utilizou o procedimento — inaceitável, tanto do ponto de vista ético quanto legal — de desligá-los e a seguir readmiti-los em RDIDP.

A relação de nomes foi acompanhada de ofício solicitando providências para que “estes docentes e todos os outros que se encontrem nestas situações sejam tratados como docentes em exercício permanente no RDIDP, sendo portanto dispensados de atender às exigências impostas pela Cert, como a de apresentar novos relatórios, ou a de responder aos questionamentos sobre permanência no RDIDP”.

Em junho, a Reitoria respondeu a esse ofício informando à Adusp qual seria o seu procedimento com relação a cada docente da lista. Muitos colegas que já estavam no RDIDP, como contratados, com estágio de experimentação concluído, e que foram posteriormente aprovados em concurso público, ficaram dispensados de apresentar relatórios para a avaliação de permanência no RDIDP.

Depois de divulgar a decisão da Reitoria, a Adusp recebeu, além de diversas cartas elogiando a sua iniciativa, manifestações de vários colegas que afirmam estar em situação similar à dos docentes dispensados de relatórios, e perguntam como deveriam proceder. Sugérimos aos colegas que se encontrem nesta situação que, com base no ofício da Reitoria, que pode ser obtido na sede da Adusp, solicitem

ao Reitor a suspensão da exigência de relatórios.

Alguns docentes informaram à Adusp que assim procederam e tiveram êxito. É importante que os colegas mantenham a Adusp informada do andamento de seus processos. Os fatos mostram a importância da ação coletiva em defesa dos nossos direitos.

Mudar o regimento

Também recebemos relatos de colegas atestando que a Cert continua a agir de forma inadequada e inaceitável em muitos casos. Em particular, não aceitamos o procedimento da Reitoria e da Cert com os docentes classificados como grupo 2

— aqueles que foram desligados e readmitidos no RDI-DP em regime probatório.

Não há respaldo legal para essa ação da Reitoria, que faz com que o docente permaneça por mais de oito anos em período de experimentação. A Adusp se coloca à disposição dos colegas para discutir os encaminhamentos possíveis e reafirma que fará gestões junto à Reitoria para que esses casos sejam imediatamente revertidos.

O Reitor, em mais de uma oportunidade, declarou que a Cert deveria voltar a exercer seu papel original de verificação administrativa do cumprimento de regimes de trabalho e, concordando com a Adusp,

manifestou sua opinião de que a avaliação individual de docentes deve ser de responsabilidade exclusiva dos Departamentos e Unidades. Para que isso ocorra de fato, é urgente que sejam tomadas providências para a modificação das resoluções 3531/89 e 3533/89 do Regimento Interno da Cert, que dizem respeito à sua constituição e atribuições.

Convite

O grupo de trabalho da Adusp sobre avaliação reúne-se às segundas-feiras, às 12 horas, na sede da Adusp. Convidamos os colegas a participarem das discussões. Sua contribuição é importante!

Adusp participa de debates sobre fundações privadas em MG, SC e RJ

A Adusp tem sido convidada a participar de debates sobre as fundações privadas em diversos Estados, a convite de entidades de representação da comunidade universitária. Em 2002, o presidente da Adusp já participou de debates nas universidades federais do Rio de Janeiro, Rural do Rio de Janeiro, Lavras e Florianópolis. Também tem presença agendada em evento similar na UERJ e convite para visita à UFPE.

O intercâmbio de informações revela que a atuação das fundações privadas ditas “de apoio” espalhou-se pelas instituições federais, com acentuados prejuízos para a gratuidade do ensino e a autonomia da pesquisa.

No dia 14/8, o professor Ciro Correia esteve na UFSC, em Florianópolis, onde participou do debate “Fundações: fronteira entre o público e o privado”, promovido pela Associação dos Professores (Apufsc), Sindicato de

Trabalhadores (Sintufsc) e DCE. O outro debatedor foi o advogado Marcelo Chalreo, assessor da Adur-RJ, Asduerj e integrante do coletivo jurídico do Andes. Ele divulgou as diferentes iniciativas judiciais do Ministério Público Federal contra irregularidades na atuação de fundações privadas, como ocorreu no Ceará, onde ação civil pública questiona a cobrança de taxas e a gestão financeira de cursos *lato sensu* oferecidos na UFCE.

Candidatos a governador debatem educação

10/9 às 17h no Anfiteatro

Venha conferir, no dia 10/9, a posição de seu candidato sobre o tema “A Questão da Educação no Estado de S. Paulo”. O debate, promovido pelo Fórum das Seis em conjunto com a SBPC, será realizado no Anfiteatro de Convenções da USP, e terá início às 17 horas.

Os candidatos farão uma exposição inicial e posteriormente responderão a um conjunto de questões formuladas pelos patrocinadores do debate. Será uma oportunidade única de conhecer de fato o que pensa (e pretende fazer) cada um dos candidatos. Não deixe de comparecer.

Debate rejeita expansionismo dos EUA

Foi realizado no dia 21/8, no Anfiteatro da USP, o debate “Alca: livre comércio ou anexação?”, com a presença do historiador Valter Pomar, secretário municipal de Cultura de Campinas, de Luiz Eduardo Greenhalgh, deputado federal (PT-SP), e do candidato ao governo de São Paulo pelo PSTU, Dirceu Travesso. O professor Plínio de Arruda Jr., da Unicamp, também convidado, não pôde comparecer. O debate foi organizado pelo Comitê USP contra a Alca, do qual fazem parte a Adusp, Sintusp, DCE e APG.

Primeiro a falar, Valter Pomar criticou o que chamou de “falácia” do discurso dos defensores da Alca, argumentando que, havendo acordo entre partes muito desiguais, é óbvio que a parte mais forte levará vantagem, em detrimento das mais fracas: “Seria, no mínimo, ingenuidade assustadora acreditar que a aliança pode ser vantajosa a todos os países que venham a integrá-la”.

Ele relacionou a Alca à crise do capitalismo e à história de imperialismo norte-americano frente à América Latina, afirmando que toda vez que a crise tende a agravar-se os EUA acentuam suas atitudes agressivas, tanto no plano comercial quanto no plano militar. Antes de passar a palavra ao próximo debatedor, deixou clara sua opinião a favor do plebiscito sobre a Alca.

Travesso concordou que o esforço dos EUA para implantar a Alca seria uma resposta à crise do capital, e citou Marx. “É óbvio”, afirmou, “que para se manter em uma crise de consumo, aumenta-se a exploração de mais-valia”. Na sua opinião, o debate deveria focalizar a importância da campanha contra a Alca, uma vez que todos os presentes sabiam do que se trata e eram contrários a ela.

O candidato do PSTU também colocou em pauta o



Greenhalgh, professor Coggiola (mediador), Travesso e Pomar no debate sobre a ALCA

problema da Base de Alcântara, observando que os EUA planejam cercar a Amazônia com suas bases militares. Finalmente, Travesso comentou que foi um erro a direção do PT haver se retirado do plebiscito contra a Alca.

Soberania nacional

Luiz Eduardo Greenhalgh disse considerar a atitude do PT uma tentativa de não causar turbulências na candidatura de Lula. Fez questão de ressaltar que a cessão da base de Alcântara e o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) são ameaças à soberania nacional, e alertou a platéia para o fato de o Brasil não conseguir interpretar os últimos três níveis de dados que

este sistema fornece, lembrando que a leitura de tais dados é feita pelos EUA.

Greenhalgh deu bastante ênfase à questão de Alcântara, descrevendo as condições, que considera absurdas, da cessão da base para a supervisão dos EUA. Se o projeto for aprovado, disse, os EUA poderão criar uma área restrita, só permitindo a entrada de pessoal autorizado, norte-americano. Observou também que a partir de Alcântara poderão ser lançados mísseis, sem levar em conta as relações diplomáticas que o Brasil tenha com o país alvo. “Estamos deixando que montem uma base de Guantânamo em nosso território”, protestou.

Em seguida, o debate foi aberto à participação da platéia, que levantou a questão dos recursos hídricos no mundo e a ligação dessa problemática com o Sivam. Travesso e Greenhalgh concordaram quanto à existência de uma ligação óbvia entre a vigilância da Amazônia e o fato, lembrado por Greenhalgh, de o Brasil ter em seu território entre 20% e 25% da água potável do mundo.

A discussão encaminhou-se novamente para a posição do PT quanto ao plebiscito sobre a Alca, o que acabou irritando Greenhalgh. Ele e Travesso iniciaram uma discussão sobre questões partidárias, encerrada com a saída do parlamentar.

Adunicamp lança livro e faz debate em 28/8 para comemorar 25º aniversário

A Associação dos Docentes da Unicamp lançará no próximo dia 28/8, quarta-feira, o livro “Adunicamp: 25 anos — autonomia, democracia, participação”.

No mesmo dia, será realizado o debate “O papel das entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes na luta pela defesa da universidade pública”, que contará com a participação do professor Ciro Correia, presidente da Adusp.

Os eventos serão realizados no auditório da entidade, na Unicamp, às 18 horas, abertos à participação do público.

